

A QUARTA ONDA

dos movimentos feministas na ALC

(Matos, 2006, 2010, 2016)

Os vários Movimentos Feministas

- **Movimentos de mulheres negras;**
- **Movimentos de mulheres indígenas;**
- **Movimentos de mulheres lésbicas, transexuais, travestis e transgêneros;**
- **Movimentos de mulheres trabalhadoras urbanas;**
- **Movimentos de mulheres rurais, camponesas, de comunidades tradicionais;**
- **Movimentos de mulheres jovens ETC... ETC... ETC...**

Tabela 1: Principais presidentes e países integrantes da Onda Rosa latino-americana

Ano	País	Presidente eleito	Partido
1998	Venezuela	Hugo Chaves	Movimento V República (MVR)
2000	Chile	Ricardo Lagos	
2002	Brasil	Luiz Inácio Lula da Silva	Partido dos Trabalhadores (PT)
2003	Argentina	Néstor Kirchner	Partido Justicialista
2004	Uruguai	Tabaré Vázquez	Frente Ampla
2005	Bolívia	Evo Morales	Movimento ao Socialismo (MAS)
2005	Honduras	Manuel Zelaya	Partido Liberal de Honduras
2006	Equador	Rafael Correa	Pátria Altiva e Soberana (PAÍS na sigla em espanhol)
2006	Costa Rica	Óscar Arias	Partido Liberación Nacional
2006	Nicarágua	Daniel Ortega	Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN)
2008	Paraguai	Fernando Lugo	Partido Liberal Radical Autêntico
2009	El Salvador	Mauricio Funes	Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN)

Fatores estruturais e contextuais da emergência da “Onda Rosa” na América Latina:

1. **O término da “guerra fria” e o conseqüente fim do socialismo** real que, segundo analistas (Silva, 2010) teria representado a oportunidade para que os governos de esquerda latino-americanos pudessem, finalmente, se manifestar, já que o controle externo dos Estados Unidos sobre a região estaria mais arrefecido ou teria entrado em refluxo (Castañeda, 1994; Sader, 2009);
2. **As transformações dos movimentos sociais** e também em suas novas formas de se relacionar com o Estado;
3. **O seu caráter anti-neoliberal** que permitiu a alguns partidos, ao menos inicialmente, preservar seu caráter alternativo e oposicionista em meio às intensas reformas que estavam ocorrendo. Especialmente após duras e sequenciadas crises financeiras internacionais, passou-se a experimentar também a crise das instituições políticas e dos sistemas político-partidários (crise essa ainda não superada na região). Foi em meio ao processo de perda de legitimidade dos partidos e suas formas de representação tradicionais que os novos movimentos e as lideranças puderam vocalizar e canalizar seu descontentamento popular.

Fatores estruturais e contextuais da emergência da “Onda Rosa” na América Latina (Cont.):

4. As tendências de Detradicionalização/Descolonialização na região:

as crises do sistema de representação liberal e dos próprio sistema partidário) não estão apenas relacionadas à falência do modelo neoliberal.

Elas se relacionam ainda com o esgotamento de formas tradicionais (coloniais até) de organização estatal, de dominação e exploração social, de baixíssima inclusão político-social e evidente monopólio, elitismo social e partidário, expressos em mais largas durações nos períodos não democráticos (e mesmo democráticos) anteriores e isso em vários países.

Feminismos em ondas: fluxos e refluxos de uma agenda permanente de lutas

ENAP

Escola Nacional de
Administração Pública



nepem

Núcleo de Estudos e Pesquisa
sobre a Mulher | UFMG

Eu estou perfeitamente consciente das muitas críticas já realizadas ao enquadramento dos feminismos a partir da metáfora das “ondas”: seu possível caráter a-histórico, suas limitações espaciais e temporais etc.

Sei que muitos/as irão me indicar/criticar pelo uso da metáfora das “ondas” como, mais uma vez, uma imposição ocidentalizante das feministas brancas, intelectualizadas e burguesas. Essa crítica já esteve em meu foco e habita permanentemente o cenário de minhas muitas inquietações.

Mas, por enquanto, e porque ainda não ter encontrado uma outra metáfora capaz de me descrever de uma forma melhor ou mais apropriada as dinâmicas dos movimentos feministas, eu vou continuar a utilizar esta nas minhas análises MAS, destacando sobretudo o seu uso a partir de lentes analíticas abertamente NÃO LINEARES, CRÍTICAS, CONTINGENTES E COMPLEXAS.

Não vou tratar aqui dos feminismos de primeira onda = não haveria tempo aqui para tal digressão.

Importa marcar que tivemos, também nos países latino-americanos, essa fase e ela esteve também aqui marcada pela luta sufragista, a luta pelo direito à escolarização e ao trabalho formal das mulheres.

Também é possível rastrear, nessa primeira onda, as mesmas características de oposição das agendas confrontadas pelas feministas brancas burguesas – LUTA PELO SUFRÁGIO - e as feministas operárias (as contribuições de Nísia Floresta – Brasil - e de Flora Tristan – Peru - atestam esse embate, também entre nós) – LUTAS PELO TRABALHO.

Cabe, entretanto, ressaltar que aqui essas lutas se acirraram em torno de **uma espécie de feminismo que francamente se posicionava contra o capitalismo estatal que vinha sendo organizado, lenta e tardiamente entre nós** (seja por intermédio da luta democrática pelo sufrágio, seja pelo protagonismo da luta operária feminina).

A emergência da **segunda onda do feminismo na América Latina**, a partir dos anos 70, conteve diferenças significativas e trajetórias diversas entre os países da região.

Como nos mostra Vargas (2008), os feminismos latino-americanos são heterogêneos, dentre outros aspectos, por conta de seus espaços de atuação, suas identidades e ainda suas diferentes estratégias perante o Estado (2008, p.142).

Não obstante, a construção das identidades feministas em cada país se deu a partir de intenso e rico diálogo transnacional, promovidos abertamente pelos Encontros Regionais que foram promovidos (CEPAL e feministas) e, também, das edições do Fórum Social Mundial e de outras arenas de articulação com as organizações internacionais, regionais e nacionais.

Nesse sentido, é possível dizer que há uma trajetória compartilhada entre os feminismos, **uma reconhecida unidade ainda que experimentada na diversidade** (Vargas, 2008; Alvarez, 2000).

Um elemento que distingue as lutas feministas latino-americanas das demais é a luta anti-ditatorial.

Durante os anos 70 e 80, parte da segunda onda do feminismo que emergiu na América Latina se localizou na resistência e luta das mulheres contra o autoritarismo militar, a violência e a falta completa de cidadania no interior dos regimes militares.

Podemos identificar esse como sendo um formato de feminismo que lutava diretamente contra o capitalismo contraditoriamente modernizador, militarizado e ditatorial, sendo que:

- grande parte das componentes do movimento advinha de organizações clandestinas de esquerda, lutando contra o capitalismo e pela democracia, mas que, a partir de um exercício crítico significativo, rejeitavam as práticas hierárquicas e androcêntricas dessa mesma esquerda, bem como contra a invisibilização e desconsideração da necessidade das transformações de gênero e raça para a luta política geral.
- Outra parte estava em luta por questões cotidianas estruturais para as mulheres: creches, transporte público, luta contra a carestia etc.

A partir de meados dos anos 80 e 90, alguns países transitaram para governos democráticos.

Outros, principalmente na América Central, sofreram com longos períodos de conflitos internos e de violentas lutas políticas armadas.

O clima da região nesse período foi marcado por forte pressão dos grupos sociais, incluindo dos movimentos de mulheres, por reformas constitucionais, participação política e transformações institucionais.

No contexto internacional, as conferências mundiais da ONU, voltadas para temas sociais, passaram a influenciar fortemente as agendas governamentais dos países da região.

Segundo Pinto (2003), este período foi marcado pela terceira onda, caracterizada por uma espécie de “feminismo difuso”, com foco nos processos de institucionalização, na discussão das diferenças entre as mulheres e das novas formas de organizar-se coletivamente (Pinto, 2003, apud Matos, 2010, p. 68).

Como afirmam Alvarez (2000a) e Vargas (2008), o feminismo na região pluralizou-se a partir da expansão dos espaços de articulação da política feminista.

A partir do aumento da visibilidade e força de outras identidades do feminismo – feminismo negro, lésbico, popular, organização das mulheres sindicalistas, das trabalhadoras rurais, etc.; a partir do envolvimento de parte das feministas que buscaram influir e participar na política eleitoral e a partir das novas oportunidades de interação em uma gama de instituições sociais e políticas.

Segundo Alvarez esse “descentramento saudável” do feminismo na região deu margem a um “campo de ação expansivo, policêntrico e heterogêneo, que abarca uma vasta variedade de arenas culturais, sociais e políticas” (Alvarez, 2000, p. 386).

A relação dos feminismos com o Estado finalmente se transformou.

Compatibilizou-se o diálogo e negociação com os movimentos e partidos de esquerda/centro-esquerda e também com outras instituições políticas e foram criados vários canais de interlocução estatal a partir das novas formas de organização feministas, oriundas de processos crescentes de institucionalização, profissionalização delas e de alguns temas, “onguização”, articulações criadas para intervir nas organizações internacionais e regionais, impulsionadas pelo processo de Beijing (Vargas, 2008).

Essa nova realidade coincidiu com o período em que toda América Latina, influenciada pelas instituições financeiras internacionais e apoiada por elites locais, passou a implementar a agenda economicamente conservadora das políticas neoliberais, que, em força oposta, tentaram diminuir e limitar formas de engajamento entre a sociedade civil e o Estado, além de reforçar práticas do mercado como a arena mediadora dessas relações sociais.

É nesse sentido que se pode mesmo afirmar a presença de um tipo de feminismo pautado agora no **“novo espírito do capitalismo” que sucedeu ao momento ditatorial militar, gerando a era neoliberal latino-americana.** Refere-se ao processo de preparação da IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em Beijing, China, em 1995.

As ONGs feministas, cada vez mais profissionalizadas, avançaram na introdução de temas relativos ao gênero nas agendas nacional e internacional ao passo que relativizaram em parte sua função de criticar, pressionar e transformar esse mesmo Estado.

As ONGs passaram a ter papel importante no fornecimento das políticas sociais, enquanto os Estados passaram pelo esvaziamento da sua função social. Como afirma Alvarez, as ONGS pareciam mais “neo” do que não-governamentais, ao se responsabilizar pelos serviços públicos que deveriam continuar no escopo de ação dos governos (Alvarez, 2000, p. 402).

As divergências quanto à relação dos movimentos feministas e de mulheres perante o Estado marcou significativamente os debates entre os feminismos e acabou sendo polarizada em torno de duas posições:

“institucionalizadas” e “autônomas”.

A implementação das políticas neoliberais afinal mostrou-se incapaz de criar bases sociais sustentáveis de modo a conduzir à desejada estabilidade econômica, tendo, ao contrário, acentuado forte processo de concentração de renda, substituído parte do desenvolvimento nacional pela estabilidade financeira da região, sendo que o controle da inflação gerou enorme dívida pública e altas taxas de juros (Sader, 2008) nos países.

A despeito da falta de unidade dos feminismos latino-americanos em relação às estratégias de atuação *vis-à-vis* o âmbito público-político, as ideias e demandas feministas são incorporadas de maneira rápida pelos Estados e pelas sociedades da região.

Como é possível observar, as novas Constituições democráticas que foram surgindo incorporaram o princípio da igualdade de gênero, proliferaram equipamentos estatais para mulheres como as delegacias especializadas, leis de cotas para representação política de mulheres passaram a ser adotadas amplamente, a agenda de desenvolvimento da ONU passou a considerar como central a “questão da mulher” e, por fim, os mecanismos institucionais de mulheres (MIMs) foram criados em vários países da América Latina.

No entanto, ressalta-se que a adoção das reivindicações das mulheres nos discursos oficiais não significou implementação efetiva das reivindicações feministas, tendo sido esta apenas “parcial e seletiva” (Alvarez, 2000, p. 398).

Além disso, resultados sociais desastrosos das políticas neoliberais, em conjunto com a pressão dos movimentos sociais e de partidos progressistas, que se gabaritam como fortes opções eleitorais levaram a um reforço da busca por novas alternativas para a região, que combinassem crescimento econômico, aprofundamento democrático e justiça social. Órgão governamental formalmente estabelecido, encarregado de lidar com o status e os direitos da mulher e de promover a igualdade e a justiça de gênero.

ONDA/Características	Período	Conceitos	Relação com o Estado - Política	Economia	Cultura
<u>PRIMEIRA</u> FEMINISMO CONTRA O CAPITALISMO ESTATAL	Século 19	Sufragismo (luta pelo sufrágio universal) Escolarização das mulheres Direitos civis e políticos	Luta por incorporação de direitos	Lutas Operárias Socialismo, Marxismo	Modernidade iluminista TRADIÇÃO MODERNA
Conceitos-fronteira	SÉCULO 20 - Feminismo/Experiência/Opressão/"Sufragetes"				
<u>SEGUNDA</u> FEMINISMO CONTRA O CAPITALISMO MILITARIZADO E DITATORIAL DA AMÉRICA LATINA	Anos 50/60/70	"Não se nasce mulher, torna-se mulher"... Estudos de Mulheres e Feministas	CONFRONTO Afastamento e repúdio	Economia liberal Globalização/Liberalismo	Globalização Colonialismo CONTRA-CULTURA AUTORITARISMO MILITARIZADO E ESTATAL
Conceitos-fronteira	SÉCULO 21 - Relações de Gênero/Performativos e transperformativos de gênero				
<u>TERCEIRA</u> FEMINISMO E O "NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO": REDEMOCRATIZAÇÃO E CRISE FISCAL DO ESTADO/NEOLIBERALISMO	Anos 80/90	Estudos de gênero, relações de gênero Luta anti-estados militarizados	CONFLITO Profissionalização, especialização, onguização fora do Estado Lutas contra autoritarismo militar estatal	Neo-Liberalismo	Anti-colonialismo Anti-militarismo ANTI-NEOLIBERALISMO POSCOLONIALISMO

ONDA/Características	Período	Conceitos	Relação com o Estado – Política	Economia	Cultura
Conceitos-fronteira	Redes/Interseccionalidades/Campos feministas transversalizados				
QUARTA FEMINISMO E O PÓS-NEOLIBERALISMO/DESCOLONIZAÇÃO ESTATAL E SOCIAL	Anos 2000	Campo crítico-emancipatório das diferenças Feminismos plurais	CONTESTAÇÃO Aproximação tensa e disputa e Institucionalização estatal = “feminismo estatal” MIMs e Planos Nacionais de PPs para Mulheres Disputas acirradas contra políticas expansionistas de desenvolvimento capitalista colonial, predatório	Pós-neoliberalismo Anti-capitalismo	Pós/Decolonialismo Descolonização + Decolonialismo DESPATRIARCALIZAÇÃO/DESRACIALIZAÇÃO/DESHETERONORMATIZAÇÃO PLURALISMO AGONÍSTICO

Os feminismos, especialmente a partir dos anos 200 em diante ganharam uma nova face.

Finalmente, quando a Onda Rosa emerge nos vários países (e mesmo em outros onde ela ainda não ocorreu) uma nova agenda feminista emerge e, em minha opinião, uma nova onda dos movimentos feministas passa também a acontecer na América Latina.

As principais características da QUARTA ONDA FEMINISTA DA AMERICA LATINA (Matos, 2006)

“El patriarcado en América Latina tiene características propias de las culturas indígenas, cruzadas por un racismo normalizado por el colonialismo interno. La descolonización del feminismo sólo puede darse reconociendo que las mujeres indígenas no confían en las mujeres blancas y mestizas urbanas, porque las instituciones estatales tienen un comportamiento diferente con unas y con otras, incluyendo los poderes de las organizaciones y la teoría del conocimiento feminista” (Gargalo, 2014, p. 118).

- 1. O alargamento, adensamento e aprofundamento de uma concepção crítico-reflexiva de direitos humanos que tem sexo, gênero, cor, raça, sexualidade, idade, geração, além da classe social (pautados a partir da luta feminista e das mulheres e também de outros movimentos)**

Muito diferente da proposta liberal, abstrata e transcendental de dignidade humana que orientou no começo a plataforma internacional vinculada a estes direitos, AS PROPOSTAS AGORA ESTÃO INEXORAVELMENTE marcadas por uma **VISÃO ENCARNADA, ENGENDRADA, RACIALIZADA ETC. DE DIREITOS HUMANOS.**

2. A ampliação, a difusão, assim como uma espécie de localização e comunitarização de lutas feministas (campesinas, indígenas, povos tradicionais, comunitárias etc.), produzindo-se um efeito de diversificação e multiplicação de suas bases de **mobilização social e política a partir de ABYA YALA** (a América como ela é vista a partir do SUL).

Trata-se tb, no que tange à esfera de atuação global/local, de um novo enquadramento ou de uma moldura transnacional/comunitária, além, claro, de uma moldura que passa a ser resignificada também nacional e localmente e por novos direitos humanos, em que sejam superados os legados históricos do patriarcalismo, do racismo e do capitalismo.

• **Abya Yala** é o nome kuna (um povo que habita os arquipélagos do Panamá falam a língua do grupo chibchense e está na posição estratégica de poder visualizar, desde sua localização geográfica, situada na “cintura” do continente, tanto o sul quanto o norte das Américas) que, em especial na América do Sul, é utilizado pelos/as dirigentes e comunicadores indígenas para definir o sul e norte de continente, sendo América um nome colonial a partir do qual não querem identificar seu território comum.



TRENZANDO MIRADAS, DESEOS, Y LUCHAS

**Pensadoras
Latinoamericanas**

Feminismos desde Abya Yala
Ideas y proposiciones de las mujeres
de 607 pueblos en nuestra América

Francesca Gargallo Celentani



Ediciones
desde abajo

**Voces
Insumisas
Abya Yala**



En recuerdo del abuelo romano del continente. Sendo la organización de las mujeres y luchas está viva y en todas ocasiones silenciada

3. Uma agenda de lutas que tem sido fortemente radicalizada não apenas na perspectiva de ser **anti-neoliberal, democrático-participativa e popular para a região, mas fortemente anticapitalista.**

Refiro-me aqui à luta de feminismos localizados e comunitários, vinculados a mulheres oriundas de uma multiplicidade de povos tradicionais da região, que permanecem em resistência e têm enfrentado, em diferentes escalas, fenômenos devastadores tais como: o agronegócio, a mineração, a exploração petrolífera, o turismo, as hidrelétricas e eólicas, a ação predatória do Estado entre outros espaços da renovada fronteira de expansão econômica capitalista, que, como se sabe, busca expulsar de seus territórios aqueles povos que legalmente adquiriram direitos à participação e consulta sobre os “interesses que os afetem”;

4. Um significativo esforço de elaborar e difundir **formas próprias de aprendizagem e ensino oriundas da perspectiva da interculturalidade e do decolonialismo** (fortemente **inspirados na “pedagogia do oprimido” e em seus métodos de educação popular - Paulo Freire, 1921-1977**) como **alternativas ao poder e ao saber hegemônicos**. Tais esforços vêm sendo experimentados por diferentes comunidades de mulheres (rurais, indígenas, jovens, mestizas, autonomistas, comunitárias, quilombolas etc.) e estão baseados, em especial, na oralidade, visões, sonhos e outras manifestações não tradicionais da experiência, simbolização e personificação, analogia, trocas e observação.

Há ainda em comum a proposta da realização de “encontros” – **uma pedagogia dos encontros pautada em metodologias dissidentes, decolonizadoras** – com forte incidência sobre as experiências corporais e os compartilhamentos íntimos a funcionar como veículos de interações emancipatórias feministas onde circulam aprendizagens e ensinamentos mútuos, a fortalecer as identidades individuais e comunitárias.

Tais estratégias pedagógicas estão focadas no esforço de construção e afirmação de uma trama/rede de elementos corpóreo-simbólico-culturais (danças, músicas, cânticos, artesanato, comidas, adornos etc.) que visa fortalecer as relações entre: terra-língua-trabalho-costumes-família-comunidade-meio ambiente, **NA PERSPECTIVA DO BEM VIVER (SUMAK KAWSAY OU BUEN VIVIR/VIVIR BIEN)**

MARCHA DAS MULHERES NEGRAS DE MG

CONTRA O RACISMO E A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER

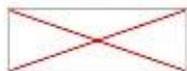
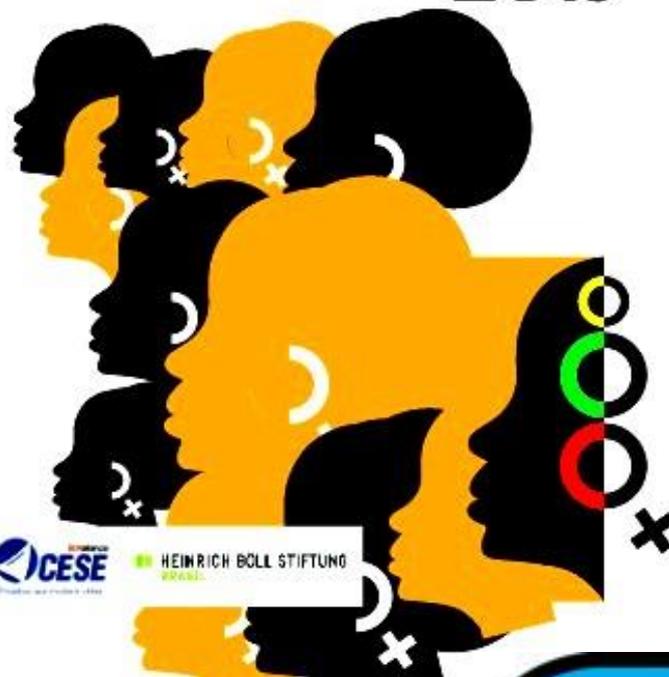
2015

13 de maio às 14 horas
Praça O7 de Setembro
Belo Horizonte/MG

REDE DE MULHERES NEGRAS DE MG

Informações:

Nzinga Coletivo de Mulheres Negras
(31) 3201-6077 - nzingacoletivo@gmail.com



Centro de
Estudos de
Diversidade
do Iguazu Koca



HEINRICH BOLL STIFTUNG



5. **A construção de um novo espaço e de novo repertório de ação que é correlato a essa nova moldura transnacional/comunitária: um renovador ativismo feminista *online***, realizado através das mais distintas mídias sociais e redes alternativas (blogs, *Facebook*, *Twitter* etc.) que têm resignificado de maneira poderosa as lutas por mais justiça de gênero na região;

Esses novas formas têm sido capitaneadas pelo intenso reavivamento, a partir dos anos 2000, das Jovens Feministas na região.

Tal fenômeno pode ser encontrado no Brasil e em vários outros países da AL, e esses movimentos jovens tentam estabelecer uma agenda interseccional inquestionável (**anti-etarismo, anti-lesbofobia, anti-transfobia, anti-racismo, e mesmo anti-especismo**) que visa criar novas formas de liberação e novos espaços de articulação horizontais para o feminismo de uma forma poderosa, sendo que essas REDES vêm dando novos contornos para as lutas por justiça de gênero na AL.

6. O foco no “*sidestreaming*” feminista (horizontalização feminista ou “fluxos horizontais do feminismo”, nos termos apresentados por Alvarez, 2014), ou seja, uma perspectiva que reforça a continuidade da discriminação de gênero, mas vai além dela e valoriza igualmente o princípio da não-discriminação com base na raça, etnia, geração, nacionalidade, classe ou religião, entre outras.

Trata-se do reconhecimento de “feminismos outros”, profundamente entrelaçados, e, por vezes controversamente emaranhados com as lutas locais, nacionais e globais para a justiça social, sexual, geracional, comunitária e racial.

As mesmas mulheres que constituíram as bases do feminismo hegemônico da década de 1990 e que tratavam as mulheres “diferentes” frequentemente como as “outras” - trabalhadoras rurais e urbanas, jovens, afrodescendentes, mulheres indígenas, as lésbicas, as pobres – foram e são, agora, responsáveis por um novo efeito de “tradução”, transformando muitos dos princípios nodais do feminismo;

Agora as mulheres se apresentam feministas a partir DE DENTRO de outros movimentos sociais e não apenas no âmbito dos movimentos feministas. Isso está acontecendo nos movimentos rurais, nos movimentos ambientalistas, nos sindicatos, dentro dos Partidos Políticos, nos movimentos de juventude, nas ocupações urbanas etc.

7. Foco no “*mainstreaming*” feminista (verticalização ou “fluxos verticais”, nos mesmos termos de Alvarez), onde ganham visibilidade e destaque as **novas formas de relação com o Estado e de suas muitas instituições e àquelas dinâmicas vinculadas a este novo formato de teorização feminista;**

Destaca-se o esforço no sentido da construção participativa de ações transversais, interseccionais e intersetoriais de despatriarcalização, des-racialização, des-heteronormatização, enfim de descolonização das instituições estatais (e também de outras instituições políticas como os partidos, por exemplo);

Partindo-se do pressuposto de que as instituições estatais (e outras instituições políticas) são patriarcais, racistas e heteronormativamente orientadas, essa nova fase estabelece um diálogo contestado com as instituições estatais que está reformatando as políticas públicas para as mulheres em toda a região;

Todos os 18 países que pesquisamos JÁ tinham MECANISMOS INSTITUCIONAIS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES e todos tb contavam com PROGRAMAS NACIONAIS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES.

8. Uma nova forma teórica – transversal e interseccional – de compreensão dos fenômenos de raça, gênero, sexualidade, classe e geração desdobram-se na necessidade de se pensar em micro e macroestratégias de ação articuladas, integradas, construídas em conjunto pelo Estado e pela sociedade civil;

Trata-se da afirmação definitiva de um **novo feminismo interseccional, transversal, multinodal, policêntrico** (estatal e anti-estatal ao mesmo tempo despatriarcalizador, destradicionalizador e descolonizador);

9. Uma renovada retomada e aproximação entre:

- **pensamento,**
- **a teoria e**
- **os movimentos feministas** (o “campo crítico emancipatório das diferenças”, Matos, 2013), que se propõe a uma reformulação teórica profunda com forte concentração em tradições teórico-críticas feministas contemporâneas decoloniais e que visam um novo enquadramento que vem abrir a possibilidade de construção de um feminismo cosmopolita emancipatório e crítico.

Aqui importa destacar que estamos trabalhando a partir de perspectivas teóricas DECOLONIAIS latino-americanas que estão centradas no conceito de "**colonialidade do poder**" (Quijano, 1991, 1998,2000; Lander, 1988, 1992 ; Escobar, 2003) e assentadas fortemente na categoria do “oprimido” como esta foi previamente discutida por Freire (1968) e Dussel (1975, 1998) .

A ‘estrutura de poder colonial’ não desapareceu com a criação das repúblicas, seus efeitos colonizadores internos ainda estão moldando as nossas relações sociais, políticas, culturais, intersubjetivas e até corporais.ç

Considerações Finais

Posso (e preciso) lançar mão do privilégio que me concede a branquitude, a academia e a universidade para tentar (sem saber nunca se, de fato, terei conseguido: o que me angustia muito) refletir criticamente, fazendo mais justiça e reconhecimento aos avanços democráticos e democratizadores que os múltiplos feminismos latino-americanos têm promovido na região.

A força dessa nova onda, em meu entender, visa com certeza **encontrar outros e novos modos de vida**, já que entende os feminismos múltiplos como estratégias ativas de construção de uma “boa vida” para todas as mulheres.

Trata-se de **ir ao encontro também de outras modernidades americanas** profundamente complexas, aquelas abertamente contra-insurgentes que têm projetos de emancipação e ideais políticos próprios (Rivera, 2010).

Os processos de destraditionalização social, de descolonização do saber e de despatriarcalização/desrracialização/des-heteronormatização já estão em curso na América Latina.

E boa parte delas esbarra, tangencia, atravessa **as novas ideias de “boa vida” para as mulheres precisamente na forma como elas são pensadas nas comunidades indígenas atuais, incluindo: as ideias de economia comunitária, solidariedade feminina, território-corpo, trabalho de reprodução coletivo e antimilitarismo, para citar algumas dessas ideias-força.**

Muitos desses ideais societários se sustentam na resistência à privatização da terra e nos levam à crítica da assimilação da cultura patriarcal das repúblicas latino-americanas (com seus códigos, valores, leis), centradas de forma liberal ocidental na defesa do indivíduo e de seu direito à propriedade privada.

Mesmo sem tempo de me estender mais nesses conteúdos, e antes de finalizar esse ensaio, apresento alguns enormes desafios que passaram, então, a me assombrar.

Eles são também de natureza múltipla e complexa, estão totalmente imbricados e envolvem esforços de construção política que precisam levar a sério:

- (a) um **novo desenho e/ou enquadramento TEÓRICO-ANALÍTICO**, desta vez ampliado e condizente com a nova onda: o campo crítico emancipatório das diferenças (algo que já tenho tentando construir numa perspectiva de pluriversalidade);
- (b) um **esforço METODOLÓGICO adicional** (para além das inúmeras críticas da epistemologia feminista) que inclua **novo desenho pedagógico** - uma espécie renovada de “**PEDAGOGIA da emancipação subalterna**” que tenha como foco o encontro/desencontro e o diálogo/dissenso participativo;

(c) um fundamental **esforço epistemológico de se construir estratégias de TRADUÇÃO decolonizadoras e emancipatórias** (algo que já vem sendo realizado por feministas latinas, Alvarez e Costa, 2014) entre as múltiplas linguagens feministas latino-americanas;

(d) um **esforço comunicacional adicional**, onde possa ser pensado o(s) meio(s), forma(s) ou estratégia(s) de **DIVULGAÇÃO DECOLONIAL DESSAS TRADUÇÕES E DIÁLOGOS/DISSENSOS**, com vistas a colaborar para a construção, de fato, de um feminismo cosmopolita emancipatório e crítico.

Parece-me CLARO que transformações dessa magnitude não passarão (não passaram) despercebidas pelas FORÇAS CONSERVADORAS AINDA HEGEMÔMICAS em nossas sociedades.

Espero ainda que a ciência política possa se constituir como um elemento importante desta nova fase em que se torna **urgente e necessário não apenas um TEORIZAR COMPLEXO, mas também um AGIR COMPLEXO (e na simultaneidade).**

Parece-me claro que transformações dessa magnitude não passariam despercebidas pelos poderes hegemônicos na região. Muitas têm sido as estratégias e as tentativas de reversão neoconservadora acontecendo em vários países e em diferentes contextos.

Impossível me estender nessas reações aqui, mas é importante também demarcá-las, **pois elas podem vir a ensejar o RETORNO DO NEOCONSERVADORISMO e do PROJETO AUTORITÁRIO NA REGIÃO.**

Se as dinâmicas de interação entre destraditionalização e decolonização e entre seus respectivos atores/as são interseccionais, as lutas e a produção do saber sobre elas também precisam ser.

Para uma possível atenção ao novo quadro de valores neoconservadores (re)ativados na América Latina parece-me igualmente que será estratégico:

- (1) fomentar lutas articuladas *entre* diferentes movimentos sociais (feministas, negros, indígenas, rurais/camposinos, juventudes etc.) e *intra* movimentos;**
- (2) multiplicar (re)articulações estreitas com as novas formas de ativismo *online* e em rede;**

(3) recurso estratégico com **articulações de lideranças jovens** e renovação de esforços de **(re)sensibilização das antigas lideranças** na região;

(4) reforçar as lutas por um **redesenho definitivo de Estado como laico** e, finalmente, descolonizado;

(5) reforçar as estratégias de **construção de teorias e saberes igualmente descolonizados.**

Trata-se de acreditar que o privilégio acadêmico possa ser também convertido no reforço da afirmação, **reconhecimento e consolidação do processo democrático latino-americano onde as instituições não existam apenas arroladas no papel e/ou repetindo as raízes tradicionais e colonizadas do elitismo liberal, ocidental e da exclusão cidadã**, mas que sejam, finalmente, fruto de um trabalho permanente de garantia e realização das condições efetivas para que cada cidadão e cidadã tenha exercido seus direitos e que tais direitos sejam, de fato, vividos/experimentados, tanto na sua forma quanto em seu conteúdo, sobretudo se este/a cidadão/ã for mulher, indígena, negro/a, gay/lésbica/transsexual, jovem, pobre etc.

Obrigada !

Marlise Matos

**“Estamos buscando
en una danza salvaje
que convoque a otras mujeres y éstas a otras más
hasta que seamos un batallón
o un ejército de amor
que acabe con todas las miserias y opresiones
estamos buscando, buscamos todavía a una mujer,
que mirando al sol
no cierre los ojos”**

Julieta Paredes, aymara, feminista lesbiana comunitaria